

Governistas fisiológicos

Ao renovar o Congresso Nacional em mais de 60%, a população brasileira mandou, na última eleição parlamentar, um recado claro à classe política: não está satisfeita com os serviços prestados. Ao mesmo tempo, ficou no ar de forma implícita outro recado — o povo prefere os administradores capazes de demitir incompetentes ou ociosos àqueles que só sabem nomear afilhados ou correligionários. Nos últimos dias, ao impor três sérias derrotas ao governo federal, o Congresso deu mostras de não dar a mínima atenção a tais indícios.

Fiéis a seu espírito corporativista, os deputados preparam-se para reajustar em 84,32% os vencimentos dos funcionários da Câmara, o que significa um reajuste automático do mesmo nível de seus próprios subsídios. Para se ter uma idéia clara do empenho dos parlamentares em votações que proporcionem benefícios a si mesmos, o aumento foi aprovado por 40 votos a favor contra seis, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, a dois meses do fim desta legislatura. De acordo com o deputado José Genoíno (PT-SP),

as despesas da Câmara subirão de Cr\$ 2,3 bilhões para Cr\$ 4,7 bilhões mensalmente. Como a reposição é retroativa a abril, pasmem, só para cobrir esse desembolso, o Erário deverá arcar com Cr\$ 13 bilhões.

No mesmo esforço concentrado, a Câmara, rebelada contra o governo, derrubou o veto presidencial ao projeto de Benefícios da Previdência Social pelo impressionante escore de 264 votos contra o veto, apenas 41 o mantendo e nove abstenções. O mesmo veto só não foi derrubado no Senado porque o governo teve sorte de a votação coincidir com a pressa dos senadores de deixar Brasília às vésperas do feriado. O projeto de conversão da Lei Salarial contrário ao governo contou com 196 votos, mas faltou quórum para a aprovação, provavelmente pelo mesmo motivo. “Mais uma vez o governo foi salvo pelo vôo das 18h30”, comentou o já citado deputado José Genoíno.

O mais irônico dessa votação da Lei Salarial, contudo, é que votaram contra a política econômica federal líderes de bancadas de partidos que sempre apoiaram o governo, recebendo em troca desse apoio

cargos e benefícios. Os deputados Amaral Netto (PDS-RJ), Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Gastone Righi (PTB-SP), apenas para citar os mais em evidência, tinham a obrigação moral de votar a favor do governo e esperar a chegada do presidente Fernando Collor, para então discutir com o chefe do governo suas eventuais divergências.

Se não o fizeram, preferindo engrossar a onda fisiológica majoritária, eles apenas contribuíram para reforçar, na opinião pública nacional, a grave impressão de que os políticos brasileiros não conseguem raciocinar acima de seus interesses particulares. Ao contrário do estadista definido como aquele que pensa na geração vindoura, e não na próxima eleição, o político profissional no Brasil não consegue nem interpretar adequadamente a eleição passada. Com atitudes assim, o Congresso termina por transmitir a certeza de não estar à altura da sociedade brasileira por ele representada por mais pobre e contraditória que essa última seja. E, por isso mesmo, não a representa da forma mais conveniente.